

## ADERÊNCIA AS DIRETRIZES DA VERSÃO G4 (GRI) E SUA INTEGRAÇÃO COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS: O CASO DA COMPANHIA NATURA

Luana Batista Vieira<sup>1</sup>

Marguit Neumann Gonçalves<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo busca verificar se o relatório de sustentabilidade da Natura para o exercício de 2013 está de acordo com as diretrizes da versão G4 da GRI, e se as informações de cunho socioambiental constantes nesse relatório estão sendo evidenciados em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs). Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa enquadra-se como: descritiva, aplicada, qualitativa, bibliográfica, documental e estudo de caso. Para análise dos resultados utilizou-se da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelam que apesar da companhia Natura apresentar alto grau de aderência às diretrizes do G4 no ano de 2013 apresentou falha em todas as categorias de conteúdos padrões específicos, não atendendo prontamente ao nível de evidenciação proposto pelas diretrizes da versão G4 da GRI. Dentre os diversos aspectos observados, destaca-se o fato de que a companhia, ainda, não apresenta amplamente as informações de cunho socioambiental presentes em seu relatório de sustentabilidade em suas DFPs.

**Palavras-chave:** Relatório de Sustentabilidade G4. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Natura.

### ABSTRACT

This study aims to verify the sustainability report for the exercise of Natura 2013 is in accordance with the guidelines of the GRI G4 version, and the socio-environmental information contained in this report are shown in their Standardized Financial Statements (DFP). Regarding methodological procedures research is classified as: descriptive, applied, qualitative, literature, documentary and case study. For data analysis we used the technique of content analysis. The results show that despite the company Natura present self degree of adherence to the guidelines of the G4 in 2013 has failed in all categories of specific content standards, not answering promptly to the level of disclosure proposed by the guidelines of the GRI G4 version. Among the various features observed, we highlight the fact that the company still not widely presents the socio-environmental information present in its sustainability report in their DFPs.

**Keywords:** Sustainability report G4. Standardized Financial Statements. Natura.

### INTRODUÇÃO

Diversas companhias têm implementado práticas sustentáveis no intuito de amenizar os efeitos negativos causados ao meio ambiente pelas suas atividades. Para isso, tem investido progressivamente na preservação e recuperação ambiental, tratamento de resíduos, adoção de boas práticas de recursos humanos, de consumo de matéria prima, conservação, sistema de gerenciamento ambiental, dentre outras.

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá - [luanabavi@hotmail.com](mailto:luanabavi@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Sciences Economiques pela Universidade de Grenoble/França - [marguitn26@gmail.com](mailto:marguitn26@gmail.com)

À medida que as companhias realizam esses investimentos deparam-se com a necessidade de evidenciar tais informações para os *stakeholders*. Diante disso, emergem esforços de instituições nacionais e internacionais com o intuito de prover os *multistakeholders* de informações sobre o desempenho ecológico, econômico e social das companhias e adotando o *disclosure* de suas práticas sustentáveis por meio de relatórios de sustentabilidade. Dentre as instituições que se dedicam para tal fim destaca-se a *Global Reporting Initiative* (GRI) que consiste numa organização não-governamental composta por uma rede de *multistakeholders*, fundada em 1997 em Amsterdã, na Holanda.

A GRI estabelece diretrizes, princípios e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, que as organizações podem usar para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social, e tem por missão fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, oferecendo orientação e suporte para as companhias. A GRI, desde sua criação, já elaborou 4 versões de diretrizes para os relatórios de sustentabilidade, conhecidos como: G1, G2, G3 e G4, sendo esta última a versão mais recente emitida em maio de 2013.

No entanto, as informações disponibilizadas nos relatórios de sustentabilidade devem ainda integrar as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), o que tem sido objeto de discussão tanto na academia quanto nas companhias e órgãos reguladores.

No Brasil, destaca-se a atuação da Natura como sendo uma companhia que segue os relatórios de sustentabilidade no padrão GRI desde 2002, quando a GRI lançou as diretrizes para o primeiro relatório de sustentabilidade conhecido como versão G1 em português.

Partindo-se do exposto, estabeleceram-se as seguintes questões de pesquisa: O relatório de sustentabilidade da Natura está de acordo com as diretrizes G4 da GRI? Essas informações de cunho socioambiental constantes nesse relatório estão evidenciadas em suas DFPs?

Para responder as questões de pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos: verificar se o relatório de sustentabilidade da Natura para o exercício de 2013 está de acordo com as diretrizes da versão G4 da GRI, e se as informações de cunho socioambiental constantes nesse relatório estão sendo evidenciadas em suas DFPs.

## REVISÃO DA LITERATURA

### Evidenciação socioambiental e as diretrizes propostas pela GRI

À conscientização sobre a valorização do meio ambiente ganhou impulso mundialmente na Conferência sobre meio ambiente e Humano em 1972. O evento foi realizado na Suécia e contou com

representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e vários organismos da Organização das Nações Unidas (ONU) os quais definiram o meio ambiente como sistema físico e biológico global (TINOCO; KRAEMER, 2004).

A partir da conscientização da sociedade, criou-se a visão de que o desenvolvimento da indústria e economia gerava grandes impactos ambientais. Segundo Ribeiro, Belem e Carvalho (2011) à medida que os problemas ambientais se agravam, a sociedade passa a se preocupar mais com a degradação do meio ambiente, apontando as empresas como os alvos principais das exigências socioambientais.

Segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho (2000), a preservação do meio ambiente converteu-se em um dos fatores de maior influência nas organizações. Com grande rapidez de inserção no mercado, as empresas começaram a apresentar soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo aumentar a lucratividade de seus negócios.

Com o intuito de registrar esses gastos e investimentos, bem como a divulgação dessas informações para usuários internos e externos, surgiu na França em 1977 o Balanço Social (BS). A visão inicial do BS restringia-se aos recursos humanos, mas com o tempo ganhou uma abordagem mais ampla contemplando a questão ambiental, a cidadania e o valor agregado a economia do país (RIBEIRO, 2006).

Com o aumento de organizações se propondo a finalidade de atender as necessidades de divulgação, foram elaborados, desde o início dos anos 1990, vários guias e diretrizes sobre evidenciação socioambiental. Contudo, muitos desses não possuíam um forte engajamento pelas organizações criadoras para serem difundidos em nível mundial.

Em março de 1999 surge à primeira versão das diretrizes para relatórios de sustentabilidade formulada pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Segundo Vellani (2011) essas diretrizes objetivavam organizar o processo de evidenciação da sustentabilidade empresarial. O GRI, ao contrário dos índices de sustentabilidade existentes até então, se propôs a um processo de evidenciação auditado proporcionando maior credibilidade.

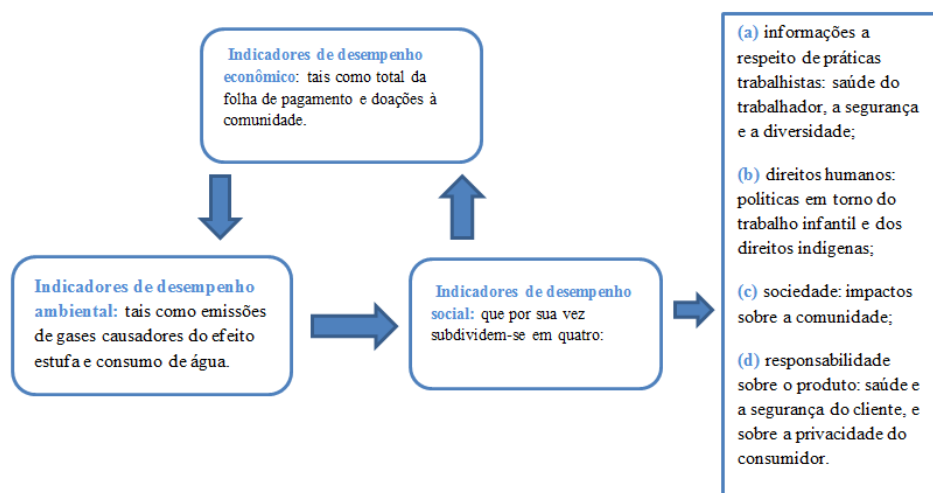
De acordo com o Instituto Ethos (2011), os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações, e o modelo de relatório da GRI é o mais completo e mundialmente difundido. Segundo a GRI (2014) um relatório de sustentabilidade é a plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos bem como para obter informações que podem influenciar na política, estratégia e nas operações da organização de uma forma contínua.

Para assegurar alto grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância, de acordo com a GRI (2014) suas diretrizes foram desenvolvidas e são continuamente melhoradas por meio de um intenso engajamento de *multistakeholders* que envolvem organizações relatoras e especialistas que, juntos, desenvolvem e revisam o conteúdo da estrutura de relatórios. A GRI confirma esse aspecto ao desenvolver e melhorar continuamente sua estrutura do relatório de sustentabilidade.

Os relatórios elaborados sofreram atualizações e melhoramentos, e de acordo com a própria GRI (2014), o lançamento do G3, em 2006, representou uma grande evolução pela forma democrática de sua construção e pelo seu próprio aperfeiçoamento. A última versão disponibilizada pela GRI é o G4. De acordo com a KPMG (2013), a principal finalidade da versão G4 consiste em ampliar a adesão por organizações de todos os tipos e para isso foi necessário aumentar a facilidade de uso, uniformidade e qualidade técnica (incluindo referências atualizadas) da versão anterior das diretrizes. Os indicadores da GRI estão divididos em três grupos como pode ser visualizado na FIGURA 1.

Os indicadores econômicos visam demonstrar: o fluxo de caixa entre os *stakeholders* e os principais impactos econômicos da entidade na sociedade (GRI, 2014). Eles estão segregados em três aspectos: (1) desempenho econômico; (2) presença no mercado; e, (3) impactos econômicos indiretos.

FIGURA 1 - Grupo de indicadores GRI



Fonte: Elaborado a partir de (SOCIALY, 2005, p. 12).

Os indicadores ambientais, por sua vez, englobam o desempenho relacionado a insumos e a produção, além daquele relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações, como por exemplo, gastos com meio ambiente (GRI, 2014). Eles estão segregados em nove aspectos: (1) materiais; (2) energia; (3) água; (4) biodiversidade; (5) emissões, efluentes e resíduos; (6) produtos

e serviços; (7) conformidade; (8) transporte; e, (9) geral.

Por fim, os indicadores sociais abrangem os aspectos fundamentais referentes as práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2014).

### **Controvérsias sobre evidenciação das informações socioambientais nas DFPs**

Com a preocupação socioambiental surgindo nas entidades, às organizações reguladoras, vem adaptando as demonstrações contábeis e os relatórios financeiros para expor as informações de forma mais clara e eficiente possível aos *stakeholders*. É neste contexto que se inserem as DFPs sendo responsáveis por apurar, mensurar, registrar e, principalmente, divulgar os impactos das atividades organizacionais no meio ambiente (BEBBINGTON, 2001).

Porém, segundo Ferreira, *et al* (2010), os critérios de reconhecimento contábil praticados não são suficientes para evidenciar com a clareza necessária as informações de natureza socioambiental exigidas pelos *stakeholders*. Para isso, é necessária a adoção de registros contábeis voltados aos registros com base nas mutações entre empresa e meio ambiente, buscando evidenciar as externalidades socioambientais tanto positivas quanto negativas.

Com objetivo de evidenciar as medidas adotadas pelas entidades para a preservação do meio ambiente, integrar as informações nos diferentes relatórios, e controlar o desempenho ambiental, a contabilidade deve utilizar-se de novas ferramentas. De acordo Kraemer (2004) faz-se necessário que a contabilidade, como instrumento de informações para a tomada de decisões, possa desenvolver e incorporar, em seus conceitos e métodos, formas de registrar e mensurar os eventos econômicos relativos ao meio ambiente, capazes de mostrar resultados da atuação socioambiental, devidamente acompanhados de um conjunto de indicadores apresentados nas notas explicativas, propiciando à sociedade avaliar o desempenho ambiental da organização.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 26), afirmam que a “contabilidade não abrange, necessariamente, todos os efeitos que as empresas exercem na sociedade. Os custos da poluição ambiental, do desemprego, de condições insalubres de trabalho e outros problemas sociais não são normalmente divulgados por uma empresa [...]” em suas DFPs, mesmo essas os divulgando em seus relatórios de sustentabilidade.

Vellani (2009) expõem que existem algumas controvérsias em relação a eficácia das informações socioambientais evidenciadas nas DFPs. O autor afirma que as empresas não divulgam

informações financeiras sobre a gestão ambiental, apenas descrevem as atividades mantidas sem colocar valores monetários, não utilizando a contabilidade da gestão ambiental para organizar os gastos e benefícios incorridos nas atividades de proteção ao meio ambiente.

Essa relevância da variável das controvérsias sobre evidenciação das informações socioambientais nas DFPs e nos relatórios de sustentabilidade foi uma justificativa para estudos como este, que visa o conhecimento em torno da *accountability* empresarial e socioambiental no Brasil, e analisar a evolução dos relatórios de sustentabilidade.

### Estudos correlatos sobre a temática proposta

O objetivo desta subseção é de apresentar uma revisão da literatura brasileira acerca do tema. Por meio da análise de pesquisas apresentadas em periódicos, congressos e revistas no período de 1999 a 2014, buscou-se uma compreensão do nível de evidenciação das empresas brasileiras dos relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI.

Apesar de ser crescente o número de empresas que vêm publicando voluntariamente relatórios não-financeiros, uma pesquisa recente denominada “Towards Transparency” (“Em direção a Transparência”) aponta que imenso número de multinacionais são omissas, em seus relatórios de sustentabilidade, sobre assuntos como emissões de gás carbônico, condições de trabalho, ou relações com a comunidade. A natureza e o padrão destes relatórios de sustentabilidade variam amplamente (COWE, 2004).

Cunha e Ribeiro (2006) utilizaram uma amostra com mais de 200 empresas brasileiras listadas na Bovespa entre os anos de 2003 a 2006, e investigaram os motivos que levam as empresas ao processo de divulgação voluntária de informações de natureza social. Os resultados indicaram que há uma associação positiva entre divulgação voluntária, nível de governança corporativa, desempenho, tamanho e a divulgação em período anterior.

Nesse mesmo contexto Boechat apud Vampel (2005b), afirma outro motivo para divulgação dos relatórios por parte das empresas, segundo o autor após realizar um estudo envolvendo mais de 70 grandes empresas no Brasil concluiu que muitas empresas obtiveram algum tipo de diferencial competitivo no mercado por agir de maneira responsável para conduzir os negócios (VAMPEL, 2005b).

Segundo o Instituto Ethos (2007), o número de organizações que declararam seguir as diretrizes da GRI para elaborar seu relatório de sustentabilidade aumentou de 30, em 2000, para 1.000, no ano de 2006. Todavia, Dias, Siqueira e Rossi (2006) analisaram a publicação dos indicadores

essenciais por empresas brasileiras e verificaram que existia uma discrepância entre o que era solicitado pelo GRI e o que era efetivamente publicado pelas empresas.

Dias, Siqueira e Rossi (2006) identificaram em seu estudo com empresas brasileiras que, além da adesão à segunda versão (G2) do GRI ter ocorrido em diferentes níveis, na prática, existiu uma discordância entre o que as organizações vinham informando em seus relatórios de sustentabilidade e o que a GRI efetivamente solicita em seus indicadores de desempenho.

Após a pesquisa de Dias, Siqueira e Rossi (2006), os autores Filho, Plates e Guimarães (2007) realizaram um estudo com o objetivo de analisar o nível de evidenciação das informações sócio ambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pelo *Global Reporting Initiative* – Natura, Petrobras, Bunge, Banco Real, Bradesco e Itaú. Os resultados demonstraram que nenhuma das empresas atendia ao nível ideal de evidenciação proposto pelas diretrizes GRI, concluindo ainda que quantitativamente, os níveis de evidenciação eram estatisticamente diferentes entre as empresas da amostra.

Lucema e Travassos (2009) realizaram uma pesquisa que consistia no levantamento e análise dos relatórios contábeis, com enfoque na sustentabilidade das empresas de capital aberto com atuação no Brasil, e chegaram à conclusão de que apenas 30% das empresas de capital aberto com atuação no Brasil no ano de 2009, submetiam voluntariamente seus relatórios à auditoria externa da GRI, e faziam uso do selo '*GRI CHECKED*'.

Ainda em 2009, foi criado um indicador para mensurar o grau de aderência, por parte das empresas, as diretrizes definidas pela GRI. A utilização desse indicador revelou que as empresas brasileiras encontravam-se em diferentes fases referente à utilização do GRI, que variava em grau de aderência plena de 95,83% (Natura) a 6% (Souza Cruz) (SILVA, SIQUEIRA, FERNANDES, 2009).

Castro, Siqueira e Macedo (2009) realizaram uma análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico sul americano, elaborados pelas diretrizes da GRI (versão G3). Os resultados revelaram que nenhuma das empresas apresentaram alto grau de aderência plena, nem de evidenciação efetiva. Os piores desempenhos foram na área social, enquanto os melhores foram na ambiental e na econômica, respectivamente, sugerindo que ainda era preciso avançar na demonstração do real nível de responsabilidade socioambiental.

Após essa breve apresentação das pesquisas correlatas a temática proposta, a próxima seção apresentara os procedimentos metodológicos seguidos para a concretização da pesquisa.



## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção tem o intuito de apresentar as etapas para a elaboração do estudo para responder aos questionamentos propostos e aos objetivos estabelecidos. Em relação aos objetivos pretendidos, segundo Gil (2002), a pesquisa enquadra-se como descritiva visto que busca verificar se o relatório de sustentabilidade da Natura para o exercício de 2013 está de acordo com as diretrizes da versão G4 da GRI, e se as informações de cunho socioambiental constantes nesse relatório estão sendo evidenciados em suas DFPs, sem que haja interferência ou manipulação dos dados por parte do pesquisador, que se utilizará de técnicas padronizadas para coleta de dados.

Quanto à natureza do problema, segundo Beuren *et al* (2006), a pesquisa enquadra-se como aplicada, visto que busca responder os seguintes questionamentos: O relatório de sustentabilidade da Natura está de acordo com as diretrizes G4 da GRI? Essas informações de cunho socioambiental constantes nesse relatório estão evidenciadas em suas DFPs? Portanto, objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, e envolve verdades e interesses locais.

Já quanto à abordagem do problema o estudo assume o caráter qualitativo. Segundo Richardson (1999, p. 80) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinados problemas, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Quanto aos procedimentos técnicos a presente pesquisa classifica-se como: bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica utiliza-se principalmente para obter contribuições de vários autores sobre a temática de estudo, e a pesquisa documental baseia-se em matérias que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002; BEUREN ET AL., 2006). Por fim, enquadra-se como estudo de caso que consiste no estudo profundo e exaustivo de um único objeto ou de poucos objetos (um caso particular), ou seja, a companhia Natura.

Para a coleta e análise dos resultados o estudo utilizou a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é um método habitualmente aplicado em pesquisas qualitativas, assim como a que será desenvolvida no presente estudo (BARDIN, 2011). A análise de conteúdo seguiu os três polos cronológicos propostos por Bardin (2011): pré- análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. Beuren *et al* (2010) estabelece que a análise de resultados deva ser feita para atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar os dados e provas, no intuito de confirmar ou



rejeitar as hipóteses ou os pressupostos da pesquisa científica. A próxima seção apresenta os resultados da pesquisa e as análises.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A Natura é uma companhia de origem brasileira, presente em sete países da América Latina e na França. No Brasil, é a indústria líder no mercado de cosméticos, e no setor de venda direta. Desde 2004, a Natura é uma companhia aberta, com ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), o que corrobora com suas práticas de governança corporativa, que segundo Cunha e Ribeiro (2006) é um dos pontos que leva as companhias à divulgação voluntária dos relatórios de sustentabilidade. Mesmo não sendo obrigada legalmente a Natura elabora relatórios de sustentabilidade desde 2001 e em 2002 passou a utilizar as diretrizes propostas pela GRI já tendo apresentado a versão G1, G2, G3 e por último a versão G4.

A companhia tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas correlatas a sustentabilidade e suas formas de evidenciação. Destaca-se, por exemplo, o estudo de Dias, Siqueira e Rossi (2006) que buscou avaliar o grau de aderência as diretrizes propostas pela GRI. Os autores revelaram com a pesquisa que a Natura apresentou alto grau de aderência aos indicadores essenciais propostos pela versão G2, alcançando a posição de primeira no ranking de aderência plena aos indicadores essenciais do GRI com a posição da mesma no ranking da *SustainAbility*, no qual afirmam que a Natura tenha elaborado o 16º melhor Relatório Anual de 2004, entre 350 analisados em diversos países. Diante deste contexto surgiu a motivação para o desenvolvimento da presente pesquisa. Os resultados e suas análises são apresentados nas próximas subseções.

### Análise do relatório de sustentabilidade versão G4 (GRI) da Natura

As diretrizes do G4 preveem duas opções para a elaboração do relatório de sustentabilidade aplicáveis a organizações de qualquer tipo, porte, setor ou localização (GRI, 2014), e estão apresentadas no QUADRO 1.

QUADRO 1 - Opções de relatórios proposta pelo GRI

| Opção Essencial                                                                                                                                                                                                                                                           | Opção Abrangente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contém os elementos essenciais de um relatório de sustentabilidade.</li> <li>• Oferece o pano de fundo contra o qual a organização relata os impactos do seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parte da opção “essencial”, exigindo a divulgação de informações adicionais sobre estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização.</li> <li>• A organização deve comunicar amplamente seu desempenho relatando todos os indicadores relativos aos aspectos materiais identificados.</li> </ul> |

Fonte: Adaptado de GRI (2014).

A Natura no ano de 2013 optou por elaborar o relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes G4 e pela opção “abrangente”. Isso significa que o presente estudo analisou se todas as informações sobre a estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização, foram prestadas de forma ampla.

De acordo com a GRI (2014) um relatório de sustentabilidade que contenha uma declaração de que foi elaborado “de acordo” com as diretrizes deve apresentar o Sumário de Conteúdo, e os princípios para assegurar a qualidade e definição do conteúdo. A Natura, além de proporcionar o sumário de conteúdo da forma mais abrangente possível, apresenta os princípios para assegurar a qualidade do relatório e os princípios para a elaboração, que são: inclusão de *stakeholders*, contexto da sustentabilidade, materialidade e completude.

Neste contexto, foi analisado o nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade GRI da Natura no ano de 2013, ponderando, se cada indicador é condizente ou não com os princípios de sustentabilidade como mostra o QUADRO 2.

QUADRO 2 - Indicadores de avaliação

| Quando disponíveis       |                                                                                        | Quando não disponíveis |                                                                                                                                 |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aderência                | Descrição                                                                              | Aderência              | Descrição                                                                                                                       |
| Aderência Plena (APLe)   | Quando todas as informações solicitadas pelo GRI eram fornecidas pela empresa.         | Não Disponível (ND)    | Quando a empresa reconhece que a informação referente a determinado indicador é pertinente às atividades, mas não as apresenta. |
| Aderência Parcial (APar) | Quando apenas parte das informações solicitadas pelo GRI eram fornecidas pela empresa. | Não Aplicável (NA)     | Quando a empresa não dispõe da informação de determinado indicador, pois o mesmo não se relaciona com suas atividades.          |

Fonte: A pesquisa (2014).

O conteúdo dos relatórios de sustentabilidade redigidos de acordo com a versão G4 pode ser dividido em dois grupos, são eles (GRI 2014):

- **“conteúdo padrões gerais”**: devem ser disponibilizado por qualquer empresa independente do ramo de atuação, tamanho, ou participação de mercado.
- **“conteúdo padrões específicos”**: devem ser expostos de acordo com o ramo de atuação da empresa.

Dos 58 “conteúdos padrões gerais” a Natura apresenta 56, deixando apenas de apresentar dois relacionados à conduta e ética, a saber:

- **G4-54**: relação proporcional entre o maior salário e a média geral da empresa por país

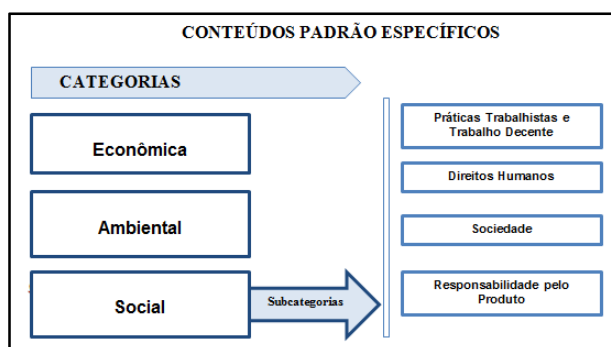
- **G4-55:** relação proporcional entre o aumento do maior salário e o aumento médio da organização por país.

Já os “conteúdos padrões específicos” são apresentados em três categorias, são elas:

- **Categoria Econômica:** diz respeito aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Além disso, ilustra o fluxo de capital entre diferentes *stakeholders* e os principais impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo.
- **Categoria Ambiental:** Abrange impactos relacionados a insumos (exemplo: energia e água) e saídas (exemplo: emissões, efluentes e resíduos). Ela abrange, também, impactos relacionados à biodiversidade, aos transportes e a produtos e serviços, bem como a conformidade com leis e regulamentos ambientais e gastos e investimentos na área ambiental.
- **Categoria Social:** divide-se em quatro subcategorias, a saber: práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Os aspectos da GRI são estabelecidos dentro de cada categoria.

A FIGURA 2 apresentada uma visão geral das categorias.

FIGURA 2 - Categorias conteúdo padrão específicos



Fonte: Elaborado a partir de GRI (2014).

Seguindo a análise das diretrizes propostas pelo G4, o QUADRO 3 apresenta os aspectos da primeira categoria dos conteúdos padrões específicos Gestão Econômica, e se a Natura demonstra de forma adequada em seu relatório de sustentabilidade, seus gastos e investimentos referentes a essas atividades.

### QUADRO 3 - Indicadores categoria Gestão Econômica

| <b>G4-DMA FORMA DE GESTÃO ECONÔMICA</b> |                                                                                | <b>Natura</b> |
|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Desempenho econômico                    | G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído.                            | APle          |
|                                         | G4-EC2 Implicações financeiras e riscos decorrentes de mudanças climáticas.    | ND            |
|                                         | G4-EC3 Cobertura das obrigações no plano de pensão de benefício.               | APle          |
|                                         | G4-EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo.                     | NA            |
| Presença no mercado                     | G4-EC5 Proporção entre o salário mais baixo da organização e o salário mínimo. | APle          |
|                                         | G4-EC6 Contratação local.                                                      | APle          |
| Impactos econômicos                     | G4-EC7 Impacto de investimentos em infraestrutura oferecidos para benefício.   | APle          |
|                                         | G4-EC8 Descrição de impactos econômicos indiretos Significativos.              | APle          |
| Práticas de compra                      | G4-EC9 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais.      | APle          |

Aple: Aderência plena

ND: Não disponível

NA: Não aplicável

Fonte: A pesquisa (2014).

A companhia em estudo não reporta o indicador G4-EC2 (Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas). Em seu sumário a Natura declarou que não possui uma análise específica dos efeitos associados a mudanças climáticas no processo de gestão de riscos, e por esse motivo não dispõem esse item.

Outro indicador apresentado de forma parcial é o G4-EC4 (Ajuda financeira significativa recebida do governo), para o qual a empresa apresentou os incentivos fiscais de apoios e patrocínios, reduções de base de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e as subvenções de ICMS. No entanto, não apresentou os créditos à exportação, pois a mesma não opera com agências de crédito à exportação não se enquadrando nesse quesito.

Seguindo a análise das diretrizes da versão G4, após a evidenciação da forma de Gestão Econômica são apresentados os indicadores de Gestão Ambiental. Esse grupo abrange impactos relacionados a insumos (como energia e água) e saídas (como emissões, efluentes e resíduos). Compreende, também, impactos relacionados à biodiversidade, aos transportes e a produtos e serviços, bem como a conformidade com leis e regulamentos ambientais e gastos e investimentos na área ambiental (GRI, 2014).

A Natura não divulga em seu relatório algumas informações de caráter ambiental da forma como é exigida pelas diretrizes da GRI, embora elabore notas explicativas sobre a falta de apresentação de alguns indicadores em seu sumário. O QUADRO 4 demonstra o total de indicadores exigidos pelas diretrizes do G4 para a categoria de Gestão Ambiental:

### QUADRO 4 - Indicadores categoria Gestão Ambiental

| <b>G4-DMA FORMA DE GESTÃO AMBIENTAL</b> |                             | <b>Natura</b> |
|-----------------------------------------|-----------------------------|---------------|
| Energia                                 | EN1 EN2 EN3 EN4 EN5 EN6 EN7 | APar/NA       |
| Água                                    | EN8 EN9 EN10                | APle          |

|                                             |                                    |         |
|---------------------------------------------|------------------------------------|---------|
| Biodiversidade                              | EN11 EN12 EN13 EN14                | APle    |
| Emissão                                     | EN15 EN16 EN17 EN18 EN19 EN20 EN21 | APle    |
| Efluentes e resíduos                        | EN22 EN23 EN24 EN25 EN26           | APle/ND |
| Produtos e serviços                         | EN27 EN28                          | APle/ND |
| Conformidade                                | EN29                               | APle    |
| Transporte                                  | EN30                               | APle    |
| Geral                                       | EN31                               | APle    |
| Avaliação ambiental de fornecedores         | EN32 EN33                          | APle    |
| Reclamações relativas a impactos ambientais | EN34                               | APle    |

APle: Aderência plena      APar: Aderência parcial      ND: Não disponível      NA: Não se aplica  
 Fonte: A pesquisa (2014).

Portanto, os tópicos apresentados mostram os principais indicadores relacionados à Gestão Ambiental solicitados pela versão G4, porém nem todos são apresentados pela Natura com aderência plena (APle), alguns possuem aderência parcial (APar), não são aplicáveis (NA), e outros não são disponibilizados (ND), como mostra o QUADRO 5:

**QUADRO 5 - Indicadores que apresentam falha no relatório de sustentabilidade da Natura**

|                                                                                       |                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| G4-EN1 (Informações sobre forma de gestão):                                           | Relataram o total de materiais diretos utilizados por peso e volume, sem a estratificação por materiais não renováveis.                                     |
| G4-EN7 (Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços):                  | Esse indicador é considerado não aplicável, pois o portfólio da Natura não tem produtos que consomem energia diretamente.                                   |
| G4-EN23 (Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição):       | Não faz o controle de resíduos, os mesmos são destinados a outras empresas.                                                                                 |
| G4-EN26 (Proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats):            | Não há informações disponíveis sobre a dimensão e o valor da biodiversidade desses corpos d'água.                                                           |
| G4-EN27 (Iniciativas para mitigar os impactos ambientais):                            | Não incluíram na publicação as ações de mitigação dos impactos relacionados a ruídos, pois, segundo a matriz de materialidade, esse não é um tema material. |
| G4-EN28 (Percentual de produtos e embalagens recuperados, por categoria de produtos): | Não apresenta esse tipo de informação, a informação ainda não está disponível e pretendem reportar seus resultados em 2015.                                 |

Fonte: A pesquisa (2014)

Já os indicadores da forma de Gestão Social de sustentabilidade dizem respeito aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua. A categoria social possui 48 indicadores, que são organizados nas seguintes subcategorias: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente com 16 indicadores; Direitos Humanos com 12 indicadores; Sociedade com 11 indicadores; e Responsabilidade pelo Produto com 9 indicadores.

Em pesquisa realizada por Pereira e Silva (2008) referente ao relatório de sustentabilidade da Natura pelas diretrizes da versão G3 de 2007, a empresa apresentava todos os indicadores essenciais exigidos pela GRI. Dentre os itens em que mais indicadores foram plenamente reportados estão: as práticas trabalhistas, a sociedade e a responsabilidade pelo produto. De um total de 49 indicadores essenciais, apenas 9 foram apresentados parcialmente.

Ao analisar os indicadores de Gestão Social do relatório de sustentabilidade de 2013 pelas

diretrizes da versão G4, os resultados apontaram que há uma maior tendência de evidenciação desses elementos; que a categoria Estrutura Interna foi a mais evidenciada na área social e na área ambiental; que existe uma grande evidenciação voluntária, uma vez que dos 48 elementos investigados somente dois não foram evidenciados.

Os elementos que apresentaram falhas se enquadram na subcategoria Práticas Trabalhistas e Trabalhos Decentes conforme o QUADRO 6:

QUADRO 6 - Indicadores não disponibilizados na categoria social pela Natura

| G4-DMA forma de Gestão Social – Práticas trabalhista e trabalho decente |                                                                                                         | Natura |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Saúde e segurança no trabalho                                           | G4-LA6 Taxas de lesões, doenças ocupacionais e dias perdidos.                                           | ND     |
| Diversidade/ igualdade                                                  | G4-LA12 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria. | ND     |

ND: Não disponível

Fonte: A pesquisa (2014).

Para todos os itens não reportados na categoria social foram apresentadas justificativas pela companhia que alegou não apresentar o indicador G4-LA6 e G4-LA12 por não considerá-los relevantes para o assunto abordado.

### Integração com as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs)

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.003/04, todas as entidades, independente de porte, que tem a intenção de demonstrar à sociedade a sua responsabilidade social, devem divulgar informações de natureza social e ambiental em suas demonstrações financeiras padronizadas. Contudo, nenhuma companhia está obrigada a fazê-lo.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T15, regulamentou os elementos acerca de como a entidade deve evidenciar as informações de natureza social e ambiental, estabelecendo (Quadro 7):

QUADRO 7 - Informações de natureza social e ambiental NBC – T15

|                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| a) Os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;                      |
| b) Os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados terceirizados, autônomos e administradores da entidade; |
| c) Os investimentos e gastos com educação ambiental da comunidade;                                                            |
| d) Os investimentos e gastos com outros projetos ambientais;                                                                  |
| e) A quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;                               |

- f) Os valores das multas e das indenizações relativas às matérias ambientais, determinadas administrativas e/ou judicialmente;
- g) Os passivos e contingências ambientais.

Fonte: Adaptado de (MACIEL, 2009).

Inicialmente, o estudo buscou verificar se as informações disponibilizadas estão em conformidade com seu relatório de sustentabilidade versão G4 da GRI. Em seguida averiguou quais dessas informações socioambientais apresentadas no relatório de sustentabilidade são evidenciadas em suas DFPs.

A partir das informações extraídas do relatório de sustentabilidade elaborou-se o QUADRO 8 que indica alguns gastos e despesas que a empresa incorreu para manter projetos, programas e iniciativas sustentáveis no seu sistema de produção e distribuição de produtos, gastos e investimentos que deveriam ser evidenciadas sobre os dispêndios socioambientais da companhia.

**QUADRO 8 - Projetos, programas e iniciativas sustentáveis da Natura**

|                |                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>CO2</b>     | Projeto de Carbono Florestal Suruí.<br>Recuperação de áreas degradadas.<br>Projeto de carbono no corredor de biodiversidade Emas-Taquari.<br>Projeto teste para veículos elétricos.<br>Programa Natura Carbono Neutro.              |
| <b>Energia</b> | Investimentos Programa Amazônia.<br>Projetos de melhoria do consumo de energia elétrica<br>Consumo de GLP, eletricidade, álcool, óleo BPF, dentre outros.                                                                           |
| <b>Água</b>    | Mapeamento dos impactos, desde o fornecimento de insumos, produção e distribuição dos produtos, até a fase de descarte pelo consumidor.<br>Processos de tratamento dos efluentes e mananciais.<br>Reciclagem de água reaproveitada. |

Fonte: Adaptado de (NATURA, 2013).

Apesar do alto nível de evidenciação constatado a partir da análise do relatório de sustentabilidade apresentado, a Natura não evidencia claramente esses valores e essas informações no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e em Notas Explicativas. Esses gastos deveriam ser apresentados nas DFPs da Natura, porém a empresa não apresenta Provisões para garantias e agressões ambientais, Passivos e Ativos Contingentes, custos e despesas ambientais, receitas ou despesas não operacionais referentes aos indicadores disponibilizados em seu relatório de sustentabilidade.

A empresa evidencia somente o Programa Natura Carbono Neutro em notas explicativas, e seus Créditos de Carbono no Balanço Patrimonial como outros Ativos. Motivo pelo qual, em 2007, a Natura S/A assumiu com seus *stakeholders* o compromisso de ser uma empresa Carbono Neutro, que consiste em neutralizar suas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs), em sua cadeia completa de



produção, desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo.

Esse compromisso, apesar de não ser uma obrigação legal, já que o Brasil (embora seja um país signatário do Protocolo de Quioto) não apresenta meta de redução, é considerada uma obrigação construtiva, conforme o IAS 37.

#### QUADRO 9 - Evidenciação nas DFPs

|                             |                                             |
|-----------------------------|---------------------------------------------|
| Ativo ambiental             | Evidencia Crédito de CO2 como outros ativos |
| Estoque ambiental           | Não evidencia                               |
| Imobilizado ambiental       | Não evidencia                               |
| Passivo ambiental           | Não evidencia                               |
| Receita Créditos de Carbono | Não evidencia                               |
| Receitas ambientais         | Não evidencia                               |
| Despesas ou gastos          | Não evidencia                               |
| Notas explicativas          | Evidencia parcialmente                      |

Fonte: A pesquisa (2014).

A partir da elaboração e análise do QUADRO 9 foi possível constatar que o *disclosure* nas DFPs sobre os investimentos em sustentabilidade da companhia listada como A+ pelo GRI são incipientes. A Natura evidenciou apenas os passivos ambientais e, uma de suas ações sustentáveis em notas explicativas.

Ao analisar o total de 8 parâmetros disponibilizados pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.003/04 como essenciais para uma boa divulgação, apenas 1 foi apresentado pela empresa com uma margem inferior a 0,125% de eficácia na disposição de informações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, estabeleceram-se os seguintes objetivos: verificar se o relatório de sustentabilidade da Natura para o exercício de 2013 está de acordo com as diretrizes da versão G4 da GRI, e se as informações de cunho socioambiental constantes nesse relatório estão sendo evidenciados em suas DFPs. Tais objetivos foram estabelecidos para responder as seguintes questões de pesquisa: O relatório de sustentabilidade da Natura está de acordo com as diretrizes G4 da GRI? Essas informações de cunho socioambiental constantes nesse relatório estão evidenciadas em suas DFPs?

Os resultados revelam que a Natura divulgou informações sobre gastos ambientais por meio de relatório de sustentabilidade e Notas Explicativas, porém de forma parcial, ao não evidenciar o impacto econômico-financeiro dos gastos ambientais em suas demonstrações financeiras padronizadas, e

todos os indicadores propostos pela GRI.

Os resultados alcançados neste estudo indicam que a companhia realmente informa sobre valores de investimentos em atividades ambientais em seu relatório de sustentabilidade, mas não reporta todos os indicadores determinados na versão G4 da GRI. O estudo revela ainda que, a evidenciação das informações de natureza socioambiental em suas DFPs é ínfima.

Dos 148 indicadores estabelecidos por meio das diretrizes do G4 da GRI (58 pertencentes aos conteúdos padrões e 91 aos conteúdos específicos), a Natura deixou de reportar 2 informações de perfil e 10 indicadores classificados como essenciais. A companhia apresentou ainda algumas inadequações nas categorias de Forma de Gestão: Econômica; Ambiental; e Social.

A companhia em estudo não reportou 2 indicadores da forma de gestão econômica afirmando não se enquadrar em um deles, na forma de gestão ambiental apresentou inadequação em 6 indicadores expondo 1 de forma parcial, 1 assinalou não se aplicar e os outros 4 não conseguiu disponibilizar, já na Forma de Gestão Social não conseguiu reportar de forma satisfatória outros 2 indicadores por não ter a informação disponível.

A partir dos resultados, depreende-se que a Natura conseguiu reportar de forma satisfatória as diretrizes do G4, pois apresentou 93,33% dos indicadores estabelecidos pela GRI, com uma falha de apenas 6,7%. A não adequação a 100% dos indicadores justifica-se pelo fato de ser a primeira vez que a companhia publica o relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do G4 emitida pela GRI em 2013. Vale ressaltar que as companhias ainda terão um período de duas publicações para conseguirem relatar todos os indicadores previstos no G4, ou seja, a partir de 2015 as companhias que não apresentarem determinado indicador devem justificar as razões da sua não adequação.

Outro ponto a ser ressaltado é que a partir da análise dos dados verificou-se a ausência de uniformidade na nomenclatura atribuída ao relatório de sustentabilidade da Natura, que além de apresentar parcialmente todos os indicadores, os apresenta de forma desordenada, dificultando a avaliação e compreensão do seu relatório. Tal afirmação é corroborada pelo estudo de Filho, Plates e Guimarães (2009), que ao analisar o relatório de sustentabilidade da Natura, chegou à conclusão que a falta de parametrização, desde a forma de apresentação do relatório até as exigências de evidenciação do conteúdo, atrapalha os usuários a encontrarem as informações desejadas.

Para trabalhos futuros sugere-se avaliar outros relatórios ou até mesmo comparar o nível de informação ambiental com base em divulgações anteriores e posteriores ao ano de 2013. Faz-se necessário difundir os estudos com empresas que apresentaram o G4 no ano de 2013, e analisar qual foi a aceitação dessas diretrizes em outros setores da economia, tanto no Brasil quanto em outros

países.

## REFERÊNCIAS

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Metodologia Científica**. PPGEN: UFRRJ, 2008.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2012.

BEUREN, Ilse Maria, et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEBBINGTON, Jan; GRAY, Rob. Accounts of sustainable development: the construction of meaning within environmental reporting. **Aberdeen Papers in Acct, Finance and Mgmt Working Paper No. 00-18**. UK, 2001.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro, SIQUEIRA, Jose Ricardo Maia, MACEDO, Marcelo Alvara da Silva. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “g3”, da *global reporting initiative*, nos relatórios de Sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica Sul americano. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Pernambuco, Vol. 4, nº 4, p. 83-102, Out-Dez/2010.

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. **Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Latino-Americanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução CFC nº 1.003/04. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: [http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes\\_cfc/Res\\_1003.doc](http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/Res_1003.doc). Acesso em: 30 jan. 2006.

COWE, Roger. Transparency issue can be easily clouded reporting: countries are introducing requirements for listed companies to cover a variety of issues in their reports [SURVEYS EDITION]. Financial Times London (UK): p. 6, Nov 29, 2004.

CUNHA, Jacqueline; RIBEIRO, Maisa. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração da USP– Eletrônica**, v. 1, n. 1, art. 6, jan./jun. 2008.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. **Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras**. 2006. Dissertação (Mestrado em

Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; ROSSI, Mônica Zaidan Gomes. Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. In: ENANPAD, XXX, 2006, Salvador/BA. Anais...Salvador: XXX EnAnpad, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsc-0303.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FERREIRA, Luiz Felipe; TRÊS, Lucimara D.; GARCIA, Gisele Eliete; JUNIOR, Francisco J. B.; FERREIRA, Denize D. M. Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative GRI. In: SIMPÓSIO DE EXELENÇIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 6., 2010, São Paulo. **Anais...**São Paulo: EAD, 2010. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos2010.php?pag=94>>. Acesso em: abr. 2014.

FILHO, Geraldo Alemandro; PRATES, Lorene Alexandre; GUIMARÃES, Thiago Neiva, Análise os Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano De 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP**, v. 3, n. 7, p. 59-59, set/dez 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para relatório de sustentabilidade 2014. São Paulo: 2014. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Introdução do Balanço Social. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/docs/conceitos\\_praticas/guia\\_relatorio/default.htm](http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm)>. Acesso em: 30 abr. 2014.

KRAEMER, M. E. P. Indicadores ambientais como sistema de informação contábil, 2004. In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 14., 2004, Florianópolis – SC. **Anais...** Florianópolis: ENEGEP, 2004. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEgEP2004\\_Enegep1002\\_0087.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEgEP2004_Enegep1002_0087.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2014.

MACIEL, C. V.; *et al* Créditos de Carbono: Comercialização e Contabilização a partir de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. **RIC – Revista de Informação Contábil**, v. 3 nº 1, p. 89-112, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. NESPI nº 1. São Paulo: PUCSP, 1994.

ONU. Environmental Financial Accounting and Reporting at the Corporate Level, United Nations Conference on Trade and Development, 1997. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso

em: 20 mar. 2014.

PEREIRA, Dayane Beatrice; SILVA, Raimundo Nonato Sousa. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras. 2008. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul/dez 2008.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. Global Forest and Paper Industry Survey. Edition 2004 – Survey of 2003 Results, PWC Top 100. Disponível em: <<http://www.pwc.com>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Máisa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade)-Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, FEA/USP, São Paulo, 1992.

RIBEIRO, Maisa S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Marcia castro; SIQUEIRA, José Ricardo; FERNANDES, Fernanda da Silva. Indicadores essenciais do GRI: Análise da evolução do grau de aderência plena e de evidenciação efetiva no período de 2003 a 2005. In: SEMEAD, 12., 2009, São Paulo. **Anais...**São Paulo. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead>>. Acesso em: 15 maio 2014.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TRAVASSOS, Silvana Karina de Melo; LUCENA, Suênia Lopes. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade do *global reporting initiative* com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no Brasil. 2009. **Veredas Fafip - Revista eletrônica de ciências**, Pernambuco - Vale do Ipojuca, v. 2, nº 1 e 2, jan/dez 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

VAMPEL, Daniella. Balanço Social não é vitrine. **Guia Exame 2005**. p. 18 – 19, dez 2005a.

VELLANI, Casio Luiz; RIBEIRO, Máisa de Souza. A SUSTENTABILIDADE E A CONTABILIDADE. In: Simpósio da administração da produção, logística e operações internacionais. 9., 2006, São Paulo. **Anais...**São Paulo: SIMPOIO, 2006. Disponível em: <[http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2006/artigos/e2006\\_t00241\\_pcn74374.pdf](http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2006/artigos/e2006_t00241_pcn74374.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2014.

VELLANI, Casio Luiz. *Disclosure* ambiental dos produtores de etanol com ações listadas na Bovespa e NYSE. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 35 - 49 · jan/abr 2009.

VELLANI, Casio Luiz. **Contabilidade e Responsabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 2011.

Data recebimento do artigo: 29/12/2013  
Data do aceite de publicação: 15/02/2014